Justiça torna 14 pessoas rés por corrupção no metrô de São Paulo

A Justiça Federal de São Paulo acolheu denúncia contra um ex-diretor do Metrô de São Paulo e 13 executivos das construtoras Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e OAS por crimes de corrupção. As irregularidades teriam beneficiado as empreiteiras nas concorrências das ampliações das linhas 2-verde e 5-lilás e na concessão da parceria público-privada para a construção da linha 6-laranja do Metrô.

A nova denúncia da "lava jato" paulista partiu da delação premiada do ex-diretor do Metrô e ex-assessor da unidade de parceria público-privada da Secretaria de Planejamento do Governo do Estado Sérgio Correa Brasil, que admitiu ter recebido pagamentos das quatro construtoras para favorecê-las em concorrências do Metrô enquanto ocupou os cargos públicos.

A partir de 2004, Brasil teria recebido R$ 2 milhões em propina das construtoras por mantê-las durante 14 anos no páreo pela linha 2-verde. Ele também é acusado de direcionar a licitação da ampliação da linha 5-lilás, no trecho entre as estações Largo 13 e Chácara Klabin, de modo a favorecer as construtoras para que recebessem os melhores trechos da obra. Em contrapartida, Brasil teria recebido R$ 966 mil.

O terceiro episódio de corrupção atribuído a Brasil pelo MPF envolveu uma série de favorecimentos e manipulações em editais para que a Odebrecht Transports ganhasse a licitação da linha 6-laranja e iniciasse a obra posteriormente em parceria com a Queiroz Galvão. Pelo trabalho, o ex-assessor é acusado de receber R$ 700 mil.

Camargo Corrêa
A empreiteira Camargo Corrêa também é acusa de participação no esquema. Porém, como os pagamentos ilícitos a Brasil teriam sido feitos por intermédio de doleiros, a competência é da vara especializada em lavagem de dinheiro e crimes financeiros. Por isso, a construtora é investigada em inquérito separado. *Com informações da assessoria de imprensa do MPF*.

Date Created
09/08/2019

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.